



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CHOPINZINHO
VARA CÍVEL DE CHOPINZINHO - PROJUDI

**Rua Antonio Vicente Duarte, 4000 - Centro - Chopinzinho/PR - CEP: 85.560-000 - Fone: (46)
3242-1497 - E-mail: nels@tjpr.jus.br**

Processo: 0002133-86.2020.8.16.0068

Classe Processual: Recuperação Judicial

Assunto Principal: Recuperação judicial e Falência

Valor da Causa: R\$42.000.000,00

Autor(s): • DINÂMICA PLANEJAMENTO E CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA
• MARCOS PAULO VIECILLI
• Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas - EIRELI

Réu(s): • O JUIZO DE CHOPINZINHO-PR

1) Ev. 56.1: O Estado do Paraná requer que o deferimento da recuperação judicial seja condicionado à apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa pelas empresas autoras. A pretensão, contudo, não deve prosperar, pois além de as dívidas tributárias não estarem sujeitas à recuperação, o STJ consolidou o entendimento no julgamento do REsp 1864625 no sentido de que "[...] os motivos que fundamentam a exigência da comprovação da regularidade fiscal do devedor (assentados no privilégio do crédito tributário), não tem peso suficiente - sobretudo em função da relevância da função social da empresa e do princípio que objetiva sua preservação - para preponderar sobre o direito do devedor de buscar no processo de soerguimento a superação da crise econômico-financeira que o acomete". Indefiro, portanto, a pretensão do Estado do Paraná, e a dívida tributária não será óbice ao prosseguimento da recuperação.

2) Habilitações (ev. 61, 62, 64 e 75): cumpra-se como já determinado com a habilitação das partes interessadas.

3) Ev. 66 + ev. 67: os autores pretendem o reconhecimento da essencialidade de alguns veículos, recorrendo sobre a necessidade destes para prosseguimento das atividades, assim como da competência deste juízo para análise de todo ato de constrição patrimonial das empresas em recuperação. O credor fiduciário que requereu as buscas e apreensões destes veículos já se manifestou pela inexistência de vinculação dos bens com a atividade comercial exercida.

Os contratos garantidos com alienação fiduciária não se submetem à recuperação judicial. Mostra-se possível, contudo, a suspensão das apreensões dos bens cuja essencialidade para a continuidade das atividades tenha sido comprovada (art. 49, §3º da LRF).

Por isso, a pretensão dos autores deve prosperar *em parte*.

Quanto aos veículos objeto de buscas e apreensões já ajuizadas e outros de baixa capacidade de transporte, fica claro que não há essencialidade. Tratam-se de veículos de luxo e de alto valor e que não têm qualquer relação direta com a atividade comercial realizada pelos autores. A lista trazida pelo credor no ev. 67, fls. 14 é elucidativa. Evidente que estes veículos não têm relação direta com a atividade empresarial. Eventual uso destes para deslocamento até os locais de trabalho não os torna essenciais, até mesmo porque podem ser feitos por outros meios e com outros veículos (inclusive com outro veículo Range Rover registrado em nome da esposa do sócio - ev. 1.32, fls. 6). Ainda, em relação aos demais não houve qualquer comprovação da necessidade de transporte de objetos leves, apenas de equipamentos pesados, o que será garantido com a essencialidade dos caminhões tratada mais adiante. Afasta-se, portanto, também a essencialidade dos demais veículos leves, como Montana e Sandero.

Relaciono, conforme lista de ev. 66.10, os bens que não comportam reconhecimento quanto à essencialidade:

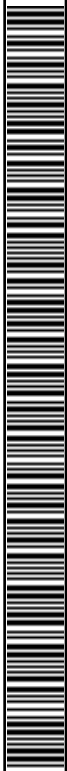


- *Contrato 321842559 - Range Rover*
- *Contrato 321855931 - 4 caminhonetes S10*
- *Contrato 321859405 - Hilux*
- *Contrato 321862193 - Hilux*
- *Contrato 86692000201821898016 - Montana*
- *Contrato 59564376 - BMW Z4 Roadster*
- *Contrato 00331494860000007030 - Pajero Full*
- *Contrato 14.1932.606.0000239/09 - Land Rover Range Rover e Renault Sandero.*

Quanto a estes veículos acima indicados não há essencialidade e, consequentemente, não há vedação à sua apreensão.

A situação é diversa, contudo, em relação ao maquinário agrícola e aos caminhões e acessórios. Tais bens se relacionam diretamente à atividade agrícola e ao serviço de transporte realizados pelos autores. Como consta do relatório prévio do administrador judicial, as autores exercem tanto funções agrícolas como também de transporte de carga pesada a terceiros. A apreensão do maquinário agrícola pode impedir a continuidade da agricultura e a retirada dos caminhões e acessórios inviabiliza o transporte de bens, o que certamente prejudicará a recuperação e o atendimento ao plano proposto. Assim, reconheço a essencialidade dos maquinários agrícolas e dos caminhões e acessórios, suspendendo toda medida de constrição e busca/apreensão destes bens durante o *stay period* já definido na decisão de ev. 32 (item 1.3, b), conforme relação abaixo:

- *Contratos 9078470, 9078482, 9078509, 9078529, 9099425, 9165761, 9165751, 9165773, 9165782, 9165808, 9203338 - reboques Dolly 2E*
- *Contratos 00331494860000007190, 1814208/19, 2071288/20, 160074, 832000/53, 832200/53, 2124831 e 2130191 - maquinário agrícola*
- *Contratos 815782, 815784, 823958, 00331494860000007310, 00331494860000007320 - caminhões Volvo FH540*
- *Contratos 9165601, 9165616, 9165626, 9165637, 9165650, 9165676, 9165693, 9165709, 9165743, 9203221, 9203303- caminhões basculantes*
- *Contrato 2115898, 2115898, 2119505, 2123854, 2127268, 2133429 e 2134159 - caminhões Iveco Stralis*
- *Contratos 538873, 538874, 823959, 2115955, 2123855, 2127321 e 00331494860000007300 - semirreboques e "dollys para comboio"*
- *Contratos 9067962, 9067966, 9067973, 9067981, 9067988, 9155223, 9155235, 9155246, 9155275, 9155303, 9182017 - caminhões TGX 29.480*
- *Contratos 9165724, 9077961, 9078000, 9078039, 9078334, 9078360, 9078385, 9078410, 9078425, 9097068 e 9099404 - caminhões basculantes*



- *Contrato 202000959 - 5 caminhões trator DAF XF105*
- *Contrato 9068000 - Caminhão delivery 11.180*
- *Contrato 9068013 - BiTruck 30330 Constellation Prime*
- *Contrato 832100/53 - distribuidor de calcário e adubo*
- *Contrato 202000960 - 5 unidades de reboque e 10 unidades de semirreboque*
- *Consórcio Grupo 5009, Cota 0279 - caminhão VW 10.160*
- *Contrato 2119626 - 10 semirreboque RodoTrem + 5 Dolly para comboio*
- *Contrato 2123140 - 2 escavadeiras hidráulicas*
- *Contrato 009-19/0070 - caminhão + sistema hidráulico + 3 containers + carroceria + tanque cilíndrico + pá carregadeira.*

Quanto a estes bens acima indicados, portanto, determino a suspensão de todos os atos constitutivos e de apreensão sem autorização deste juízo. Cabe aos autores informar esta suspensão nos processos em que houver pedidos contrários ao ora deferido.

Intimem-se.

Rafael de Carvalho Paes Leme

Juiz de Direito

